DESENVOLVIMENTO de COMUNIDADE e PARTICIPAÇÃO

CÓPIA NÃO AUTORIZADA É CRIME
ABDR
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE DIREITOS REPROGRÁFICOS
RESPEITE O DIREITO AUTORAL
EDITORA AFILIADA

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Souza, Maria Luiza de
Desenvolvimento de comunidade e participação / Maria Luiza de Souza. — 11. ed. — São Paulo : Cortez, 2014.

ISBN 978-85-249-2310-4

1. Comunidades - Desenvolvimento - Brasil 2. Participação social - Brasil I. Título.

14-12107 CDD-307.0981

Índices para catálogo sistemático:

1. Brasil : Comunidades : Desenvolvimento : Sociologia 307.0981
2. Brasil : Participação social : Comunidade : Sociologia 307.0981

MARIA LUIZA DE SOUZA

DESENVOLVIMENTO de COMUNIDADE e PARTICIPAÇÃO

11ª edição

CORTEZ EDITORA

DESENVOLVIMENTO DE COMUNIDADE E PARTICIPAÇÃO
Maria Luiza de Souza

Capa: de Sign Arte Visual
Revisão: Maria de Lourdes de Almeida
Composição: Linea Editora Ltda.
Assessoria editorial: Priscila F. Augusto
Coordenação editorial: Danilo A. Q. Morales

Nenhuma parte desta obra pode ser reproduzida ou duplicada sem autorização expressa da autora e do editor.

© 1989 by Maria Luiza de Souza

Direitos para esta edição
CORTEZ EDITORA
Rua Monte Alegre, 1074 – Perdizes
05014-001 – São Paulo – SP
Tel. (11) 3864 0111 Fax: (11) 3864 4290
E-mail: cortez@cortezeditora.com.br
www.cortezeditora.com.br

Impresso no Brasil — novembro de 2014

À Ana Gertrudes,
que veio dar a minha vida
uma nova dimensão
de felicidade.

Sumário

Prefácio à 11ª edição 11
Introdução 15

CAPÍTULO I

Desenvolvimento de comunidade (DC):
atualidade e importância

1. DC: processo presente aos movimentos sociais e à política social 22
2. DC e implicações teórico-metodológicas 25

CAPÍTULO II

Atuação comunitária e processo de cooperação social

1. A cooperação e o desenvolvimento social 29
2. A ação comunitária 35
3. A ação social 39
4. A organização de comunidade 42

CAPÍTULO III

Identidade e processo histórico do DC

1. DC no contexto internacional 48
2. O DC no Brasil 53
3. Concepções e tendências atuais do DC 63

CAPÍTULO IV

A comunidade — Componente conceitual do DC

1. A comunidade e seu processo histórico 72
2. As controvérsias da realidade comunitária 76
3. DC e comunidade 79

CAPÍTULO V

O desenvolvimento — Componente conceitual do DC

1. O desenvolvimento e seu processo histórico 83
2. Enfoques e concepções sobre desenvolvimento 87
3. Desenvolvimento e DC 91

CAPÍTULO VI

A participação — Componente conceitual do DC

1. A questão da participação 95
2. A participação comum a tudo ser humano 98
3. Aspectos pedagógicos do processo de participação 101
4. Componentes do processo pedagógico da participação 104

CAPÍTULO VII

Conjuntura social — Movimentos sociais e política social

1. Os movimentos sociais 120
2. A política social 131
3. O encontro política social/movimentos sociais 138

CAPÍTULO VIII

Atribuições profissionais no desenvolvimento comunitário

1. Conhecimento e análise da conjuntura social 144
2. Operacionalização dos princípios e diretrizes metodológicos do DC perante as conjunturas específicas das comunidades 145
3. Operacionalização de programas de política social levando em conta as exigências de participação da população usuária 147
4. Operacionalização da prática do DC como meio para fortalecer os movimentos sociais 149

CAPÍTULO IX

Questões gerais da operacionalização da prática

1. DC e instituições do setor público 151
2. Os primeiros contatos com a comunidade 158

CAPÍTULO X

O processo metodológico do DC

1. Processos pedagógicos e diretrizes de ação 164
2. Operações metodológicas do DC 169

CAPÍTULO XI

Instrumentos e técnicas usados no DC

1. Aglutinação documental de informações 195
2. Documentação 197
3. Abordagem 213
4. Observação 214
5. Diálogo e entrevista 215
6. Reunião 219
7. Palestra 222
8. Notícia 224
9. Carta circular 225
10. Recursos audiovisuais 230
11. Pesquisa-ação 234

CAPÍTULO XII

Estruturas de apoio do DC

1. Os centros sociais 242
2. Associações de moradores 249
3. A liderança comunitária 256

Referências 261

Prefácio à 11ª edição

As contínuas vivências experimentadas ao longo destes últimos anos em trabalhos comunitários retomam questões, princípios e estratégias presentes a esta obra. A participação, o contexto da participação, seus propósitos, dimensões, envolvimentos assumidos são questões sempre presentes. No entanto, elas assumem, hoje, complexidade muito maior: O contexto da globalização gera demandas mais complexas gestadas em uma estrutura social que se legitima culturalmente e se legaliza institucionalmente. Não se pode desconhecer o número grande de instituições que na dinâmica social são criadas, recriadas e/ou subtraídas. Uma tal realidade se manifesta nas comunidades e afeta a cada momento o dia a dia da população. Por outro lado, os enfrentamentos sociais têm se tornado cada vez mais fragilizados, pois é crescente o individualismo entre seres humanos, assim como os conflitos pessoais, a indiferença, a falta de unidade e consciência comum mesmo entre seres de um mesmo patamar social. Essa realidade faz lembrar as preocupações de Fourier a alguns séculos atrás que propõe a criação de falanges, como processo organizado de cooperação. Para Fourier, as falanges deveriam ter laços unificadores que seriam o amor, a simpatia e a atração natural. Murray Ross também contempla essa questão quando chama a atenção para vários autores que consideram a qualidade das relações interpessoais e distantes das cidades como fatores

que contribuem para solidão e depressão, neuroses tão presentes em nossa sociedade.

Hoje, infelizmente, os pais têm medo dos filhos e vice-versa; os professores têm medo dos alunos e vice-versa; vizinhos têm medo dos vizinhos; companheiros de trabalho têm medo uns dos outros etc. As bases da solidariedade, da cooperação, dos objetivos comuns têm sido solapadas no dia a dia; isso põe a descoberto a dimensão espiritual do homem que foi também solapada. A relação do homem com os reinos da natureza deixaram de ter um propósito de unidade, integração e elevação, para terem tão somente um propósito de consumo e exploração. A situação caótica do planeta em relação aos reinos mineral, vegetal e animal falam clara e abertamente sobre toda essa realidade. Muitas organizações e instituições são criadas diariamente para responderem a essas questões, mas, no geral, o foco principal de suas funções se convertem em canais de proveito pessoal para pequenos grupos.

Em nossas práticas comunitárias hoje, como trabalho social voluntário, temos levado em conta a retomada de valores essenciais como a própria concepção do homem como ser que não tem apenas uma dimensão material de vida. Valoramos atualmente o que sempre esteve presente em nós, que é a dimensão espiritual do homem. O livro *Desenvolvimento de Comunidade e Participação* realça sobretudo a dimensão social do homem e da sociedade. Hoje, em nossas práticas de trabalho com a comunidade, tentamos levar em conta a dimensão espiritual do homem na qual se faz presente a dimensão social. Essas não são dimensões antagônicas ou excludentes. A existência do homem tem um propósito que vai além da curta dimensão da sua vida material. Como espírito, sua vida continua em dimensões onde novos exercícios de perfeição e elevação continuam se dando. O homem é dotado de uma essência que não morre. Enquanto ser material social, exercita a superação de seus problemas, dos seus condicionamentos e com isso eleva a sua consciência. À medida que o homem, o grupo, a comunidade se elevam enquanto consciência, mais oportunidades de superação dos problemas acontecem. Além disso, uma vibração sutil de fraternidade, cooperação, confiança mútua vai se reconstruindo.

O ser humano tem caminhado numa direção contrária a esse propósito e temos como consequência, o caos crescente em que se vive hoje. A passividade, a negatividade e o medo passam a ser características comuns dos seres humanos e grupos sociais. A criatividade, a ação em comum, a alegria e a beleza como manifestações da alma humana têm sido substituídas por artifícios de modernidade que não chegam a tocar as suas necessidades mais internas, suas relações com o Criador com a sua dimensão maior.

Trazer à consideração essa realidade, não significa contradizer o que se faz presente ao livro *Desenvolvimento de comunidade e participação*, mas sim chamar atenção para aspectos que precisam ser trabalhados. As necessidades sociais do homem precisam ser identificadas e trabalhadas, as suas organizações sociais precisam ser valorizadas e ativadas, mas sem desconhecer que o homem não é simplesmente um ser social. Hoje, a música, o canto, a oração, os encontros fraternos ajudam o homem a se reencontrar como ser humano para, como ser humano e não como simples peça de uma engrenagem, poder ativar o seu potencial social. Ao longo desses últimos anos, temos usado em nossa prática todos esses processos. Algumas vezes a nossa relação com comunidade tem como traço dominante alguma forma de assistência material, vez que sem ela se tornaria quase impossível penetrar a realidade maior da situação manifestada.

A vivência com crianças foi também uma das dominantes da nossa prática durante estes últimos anos. O traço maior era a criança, mas a partir dela, a família, o trabalho, os recursos comunitários se fizeram eixo de muitas definições assumidas pela família em suas ações. Em alguns momentos, o trabalho em algumas áreas chamou a atenção para a importância do Reino Vegetal. Não só as considerações sobre a influência desse Reino no dia a dia dos seres humanos, mas também a prática de algumas ações voltadas ao mesmo. O cultivo de plantas ornamentais e medicinais, a elaboração de medicamentos caseiros se faz base para muitas considerações sobre a realidade comunitária. Mesmo moradores de palafitas não se depararam com dificuldades para o cultivo de algumas plantas,

pois os vasos encontrados nos lixões respondiam às necessidades do plantio.

Com crianças, o canto coral, a iniciação com alguns instrumentos musicais, os cantos e os contos, elevaram o sentimento de dignidade e de abertura para novas possibilidades.

O resgate da beleza, do amor, da fraternidade, precisa ser encorajado no ser humano, para que num patamar de dignidade e altruísmo, processos sociais verdadeiros possam emergir. Creio que o Desenvolvimento de Comunidade pode ser linha de frente em toda esta caminhada para que o homem e a sociedade possam ser transformados.

Aracaju, outubro de 2014

Maria Luiza de Souza

Introdução

Partimos do princípio de que a prática do desenvolvimento de comunidade (DC), patrocinado ou não por instituições do setor público, pode ser trabalhada numa perspectiva de participação popular, pois, historicamente, o usuário mais direto dessa prática são as camadas populares.

Ensinar profissionalmente a prática do DC tomando por base uma tal perspectiva impõe que se tenha um instrumental teórico-metodológico que responda às suas exigências. Ocorre que o DC não alcançou ainda amadurecimento adequado, surgindo, a partir daí, algumas sérias dificuldades para muitos que têm sob sua responsabilidade o seu ensino. Não há dúvida que alguns trabalhos vêm sendo desenvolvidos com sucesso, porém, nem sempre são divulgados em suas elaborações teóricas ou enquanto exercício prático. Alguns textos valiosos têm sido publicados, enfocando um ou outro aspecto do DC; mas, em geral, não chegam a abranger toda sua dinâmica, seja nos aspectos sócio-históricos, seja nos aspectos teórico-metodológicos.

Em face das dificuldades de bibliografia apropriada para o ensino do DC, algumas pastas foram organizadas e deixadas à disposição dos alunos com diversos textos mimeografados sobre aspectos gerais e sistemática de ação do DC, inclusive com relatos de algumas experiências. Isso surtiu efeito, mas revelou-se insuficiente, uma vez que muitos alunos preferiam apropriar-se dos textos a fim de poderem

refletir melhor e tê-los em suas mãos para consultas demandadas pela prática. Outro aspecto de insuficiência é que o trato de alguns textos nem sempre foi desenvolvido em função do DC e, por isso, alguns vazios e adaptações possíveis deixavam sempre a descoberto elementos de análise necessários à compreensão da dinâmica social do DC. As avaliações semestrais do material didático usado nas aulas, somadas a certo pensar sobre as possibilidades de trabalhar mais profundamente os diversos temas que constituem o ensino da disciplina, terminaram por motivar a elaboração de alguns textos. Em função dessa motivação passamos a desenvolver alguns trabalhos de pesquisa em termos documentais e também em práticas de DC que se desenvolvem no cotidiano das instituições do setor público e também por iniciativa de setores populares. O desenvolvimento desses trabalhos sedimentou a decisão de tentar trabalhar todos os temas que constituem o programa da disciplina em seus aspectos teóricos e técnico-metodológicos a fim de facilitar as discussões e orientações exigidas pela prática pedagógica do ensino do DC. Em cima da decisão, veio a questão de por que não socializar o resultado com outros colegas. Aí está, portanto, o texto. A preocupação é facilitar o ensino do DC. Possivelmente, outros colegas professores têm também suas preocupações, suas formulações. Seria importante podermos intercambiar nossas experiências de ensino. Nos últimos semestres, utilizamos alguns dos capítulos aqui apresentados sob forma provisória de apostila. A utilização deles tem sido, sobretudo, em termos de análise e confronto com textos e experiências de vários autores que, de uma ou de outra forma, chegam a trabalhar o DC; não se destinam, portanto, a ser consumidos pelos alunos. O presente trabalho não está acabado. Importa ser discutido e confrontado, de modo a poder produzir experiência nova de produção de conhecimentos e habilidades que ajude realmente a chegar ao necessário amadurecimento teórico-metodológico da prática do DC.

Os primeiros capítulos (I a VII) correspondem à fundamentação teórica para a formação profissional do DC. Na nossa experiência pedagógica, são trabalhados num semestre do ensino de graduação. Os últimos correspondem às exigências de instrumentalização técni-

co-metodológica e são trabalhados num segundo semestre letivo de ensino. A preocupação desse trabalho é atender a estudantes de graduação e também a pessoas interessadas numa iniciação teórico-metodológica que ajude a deflagrar uma prática de DC voltada, sobretudo, para os interesses fundamentais da sua população usuária.

Convém ressaltar que alguns capítulos foram produzidos a partir de estudos e reflexões correspondentes a trabalhos de pesquisa que contaram com a valiosa contribuição dos seguintes órgãos: Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa da Universidade Federal de Sergipe (POSGRAP); Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e Instituto de Economia e Pesquisa de Sergipe (INEP).

A todos estes órgãos, queremos deixar registrado o mais sincero agradecimento.

CAPÍTULO I

Desenvolvimento de Comunidade (DC): atualidade e importância

O desenvolvimento de comunidade é um processo pedagógico de ação junto às comunidades. Historicamente, na prática desse processo, as comunidades sempre se identificaram com os espaços de moradia das populações pobres. Na origem, as suas características e justificativas apontam o rural como espaço próprio dessa prática; atualmente, a sua dominância é o urbano. Um e outro, no entanto, são espaços privilegiados por ela.

De forma mais ou menos profunda, as populações se identificam com seus espaços de moradia. Essa identidade, através de elementos comuns aí presentes, produzem condições propícias aos mais diversos processos sociais. Entre estes, encontram-se as ações comunitárias, cuja força ou significação maior está no que se produz como organização social da população. Os movimentos sociais urbanos geralmente se destacam entre os processos sociais que, ultimamente, de modo contínuo, se fazem presentes nos espaços de moradia, coincidindo

muitas vezes com a própria dinâmica das ações comunitárias. Considere-se, por outro lado, que a mobilização da população, com processos de organização que por vezes se estruturam a partir daí, põe em estado de alerta as engrenagens asseguradoras da ordem social. Nesse sentido, nas áreas de moradia, hoje, destacam-se também como processo social as ações da política social, que fazem ampliar cada vez mais a ação do Estado sobre os segmentos majoritários da população. Em todas estas situações, o DC, como processo técnico-metodológico de ação, tem sido chamado a atuar.

Historicamente, o DC se dirigiu sempre aos segmentos majoritários da população como usuários diretos dos seus processos de trabalho. Esses segmentos ou camadas populares são basicamente operários industriais, trabalhadores em serviços, camponeses e massa marginal. Também se identifica como um processo metodológico de ação dirigido à comunidade, o que faz com que muitas vezes ele se torne um processo de ação comunitária.

A ação do DC nos espaços de moradia vem se desenvolvendo quer através da iniciativa do setor público, quer através da iniciativa privada. Ela busca seus estímulos iniciais em processos sociais que podem ser analisados sob dois ângulos:

a) O dos **movimentos sociais** ou da identidade da população ante os problemas coletivos das áreas de moradia que impõem organização e enfrentamento comum.

b) O da **política social** que, apreendendo a movimentação da população em suas áreas de moradia como tensão social ou possíveis tensões, define mecanismos de controle que atuam cada vez mais diretamente nessas áreas.

Sob o ângulo dos movimentos sociais, as áreas de moradia passaram a ser áreas de mobilização e organização popular, à medida que se aguçam as contradições sociais, levando a população a um pensar e a um agir em comum diante dos problemas de consumo coletivo que enfrenta. Nessas últimas décadas, as contradições sociais se aguçam à proporção que se ampliam os mecanismos da exploração capitalista. O capital imobiliário, por exemplo, através de uma diver-

sidade de mecanismos de especulação, afasta o trabalhador para áreas cada vez mais distantes dos seus locais de trabalho; o movimento próprio de centralização do capital, enquanto processo de penetração e exploração capitalista no meio rural, impõe a expulsão do homem do campo, enquanto a superpopulação e o desemprego já se acentuam gravemente nos centros urbanos. As diversas formas próprias de exploração do capital têm grande repercussão no meio urbano, onde se vem concentrando a grande maioria populacional do país. É sobretudo no meio urbano que os espaços de moradia se tornam suscetíveis de gerar movimentos e lutas. As limitações de espaço físico, no entanto, vão-se fazendo cada vez mais presentes não só no urbano, como também no rural. Além dos limites físicos desse espaço, a falta de condições mínimas de infraestrutura coletiva, como água, luz, esgoto, escola, posto médico, transportes etc. é sentida por todos e, como tal, facilmente passível de gerar movimentos de enfrentamento em busca de solução para tais necessidades. Nessa movimentação popular, alguns agentes externos se aliam e tentam contribuir para que ela gere organização e se estruture com uma condição própria de ampliar as condições de cidadania da população. O DC nesse processo, contribui como procedimento técnico-metodológico que ajuda na mobilização e organização popular em seus enfrentamentos e em suas ações.

Sob o ângulo da política social, as áreas de moradia passam a se destacar pelas próprias exigências de consumo formuladas pela industrialização. Esta gera, por um lado, exigências de modernização dos hábitos e costumes em virtude da ampliação do consumo dos bens industrializados, por outro, exigências de preparação e aperfeiçoamento da mão de obra em seus aspectos técnicos e disciplinares, para possível incorporação da população pobre ao mercado de trabalho. O DC é apreciado e requisitado pelas instituições do setor público como estratégia desta política global de modernização desenvolvimentista. No Brasil, esta política se implementa principalmente no final da década de 1950 e início de 1960. No entanto, é, sobretudo, a partir da década de 1970 e, mais especificamente, a partir das formulações e diretrizes do II PND (II Plano Nacional de Desenvolvi-

mento), que as áreas de moradia passam a ser tratadas com maior destaque pela política social. O DC é considerado um dos meios de trabalho de interferência nessas áreas através da política social, a qual evoca a participação popular como condição importante para se chegar ao desenvolvimento global do país.

1. DC: processo presente aos movimentos sociais e à política social

O DC é requisitado como processo técnico-metodológico de ação, tanto pelos movimentos sociais como pela política social. Nessa requisição, explícita ou implicitamente, a participação social aparece como questão central. A participação é conteúdo básico do DC, seja na implementação dos programas da política social ou na implementação de processos originados dos movimentos sociais. No entanto, as perspectivas de um e outro são antagônicas e isso faz com que a participação social se coloque como uma das questões básicas do DC.

Aqui já se pode perceber tanto a atualidade do DC como as questões e contradições inúmeras em que está mergulhado, requerendo, por conseguinte, estudo apurado de suas ações, conceitos e diretrizes fundamentais, assim como das próprias estratégias metodológicas que utiliza. Na questão da participação, por exemplo, se poderia atentar para as perspectivas diferentes e contraditórias, que, no entanto, recebem a mesma denominação.

Quanto à importância do DC, não se pode pensá-la isenta desses mecanismos contraditórios. Uma das suas perspectivas, no entanto, é definir-se como processo educativo em função da organização social da população comunitária para enfrentamento dos seus interesses e preocupações e, consequentemente, ampliação das suas condições de cidadania. Tal importância pode ser visualizada tanto a partir do DC desencadeado através dos programas de política social como a partir do DC desencadeado pelos processos próprios dos movimentos sociais.

Como a participação é elemento básico às várias concepções do DC, é necessário considerar a sua diversidade de significações, pois nem sempre se direciona numa perspectiva de valorização e impulsionamento dos interesses da população usuária.

No âmbito da política social em geral, o traço mais comum da participação são as operações estruturadas em função da aceitação pelos comunitários de programas previamente estabelecidos. Participar é estimular-se para assumir a execução de ações previamente determinadas, assim como para assumir um conjunto de valores de modernidade, incorporando-os ao cotidiano das ações coletivas. Nesse sentido, as solicitações que se fazem ao DC refletem essa perspectiva. Ele deve instrumentalizar tecnicamente a ação profissional, de modo que esse tipo de participação se dê o mais eficazmente possível. Ora, o máximo da eficácia está em levar o povo à ilusão de que está participando quando, de fato, se torna cada vez mais submisso e objeto de decisões estranhas aos seus interesses e preocupações.

No nível dos movimentos sociais, o traço comum da participação é o exercício coletivo da tomada de decisões e da gestão das ações definidas e implementadas pela população comunitária. É, também, o exercício de articulação de forças sociais comuns, dentro e fora da comunidade. Também aqui as solicitações feitas ao DC refletem essa perspectiva. Ele deve estimular a participação através de exercícios diversos de reflexão e ação relativas aos interesses e preocupações da população, assim como em relação às suas condições reais e potenciais de organização social. Decidir e gerir os encaminhamentos necessários ao enfrentamento dos interesses comuns significa, também, exercício de ampliação das condições de cidadania e é isso que se espera de um processo real e objetivo de DC.

As áreas de moradia hoje, pelas possibilidades de articulação dos interesses comunitários, se tornam espaço de exercício de poder social assim como das condições de cidadania. Sem dúvida esse exercício se depara com a problemática das relações de trabalho como uma questão básica a ser coletivamente enfrentada. As ações de enfrenta-

mento pedem, portanto, outras, que devem ser entendidas na dinâmica da totalidade social.

A partir dessa dinâmica, se por um lado as áreas de moradia se tornam espaços propícios às lutas da população, por outro, o simples indício de que tais lutas vão ocorrer passa a ser referência para a reatualização das funções de controle do Estado perante a população. Cada vez mais a política social do Estado e os mandatários das políticas partidárias chegam às áreas de moradia. O Estado realiza os seus objetivos de controle nessas áreas não só através de ações definidas a partir da política social, mas, sobretudo, através dos objetivos personalistas dos seus agentes políticos. Muitas vezes a população se organiza para reivindicar, apenas obedecendo às orientações de mando de um ou outro político, sem atentar para a significação de sua força social.

A importância do DC nas áreas de moradia é reconhecida; exige, contudo, análise crítica de toda esta dinâmica, sob pena de suas ações se diluírem ou se representarem apenas como ações aparentes, que não tocam a dinâmica fundamental da área.

Diante dos elementos de controle representados pelas ações do Estado e seus agentes políticos, considera-se que tais ações são definidas tendo como referência as lutas ou possíveis lutas da população. Nesse sentido, a conjuntura comunitária deve ser analisada, sobretudo, no intento de encontrar o "novo" que é indicador da presença do povo nessas decisões. As alternativas de ação educativa existem e podem ser, em princípio, percebidas através de uma análise de conjuntura que aponte não só o "novo" das ações desenvolvidas nas áreas, bem como as possíveis forças sociais internas e externas capazes de serem acionadas para assumir a direção deste "novo". Mesmo a partir da política social, portanto, os interesses da população não podem deixar de ser analisados com relação aos focos de poder externo e interno que a eles se somam.

Em suas contradições, os espaços de moradia podem se tornar espaços de transformação social. É nesse sentido que o DC passa a ser importante elemento de estudo e reflexão em função da prática pedagógica que tem a desempenhar.

2. DC e implicações teórico-metodológicas

O DC vem se identificando historicamente como um processo técnico-metodológico de ação comunitária. Enquanto tal, também historicamente demonstra relação direta com as demandas do contexto sócio-histórico em que se situa. Nesse sentido, direcionar sua prática em função dos usuários, que são as camadas populares, requer reflexões e redefinições contínuas. O contexto social é dinâmico e, assim, novos condicionamentos vão sendo implicados nos interesses e preocupações fundamentais da população usuária. Cidade e campo hoje se inflacionam de problemas. Por sua vez, a concretização cada vez maior da divisão de trabalho fragmenta a relação interna à família e entre as famílias. Nisso se dilui também o velho conceito de comunidade.

A partir do próprio conceito de comunidade, o DC exige reflexão e redefinição dos seus velhos conceitos. Pequenos ou médios aglomerados populacionais podem ser ou não uma comunidade, podem ter; internamente, interesses opostos que implicam a existência de mais de uma comunidade em uma única área.

Outro aspecto é a questão da identidade facilitada pela vivência em comum. Essa identidade tende hoje a desaparecer ou se apresenta enfraquecida ante os novos condicionamentos da conjuntura social. Hoje, as funções da família e da comunidade se tornam cada vez mais limitadas e várias das antigas funções são assumidas por instituições diferenciadas. Como diz Braverman, a exploração do trabalho tem a ver com estes limites:

> À medida que os membros da família, muitos deles agora trabalhando longe do lar, tornam-se cada vez menos aptos a cuidarem uns dos outros em caso de necessidade, e à medida que os vínculos de vizinhança, comunidade e amizade são reinterpretados em uma escala mais estreita para excluir responsabilidades onerosas... (1977, p. 238).

Alguns elementos de identidade desaparecem, mas aparecem outras formas, que requerem tratamento diferenciado; daí o DC requerer continuamente ser repensado e redefinido.

Não é sem razão, portanto, que os movimentos sociais e a política social vêm cada vez mais se efetivando nos espaços de moradia, requerendo, assim, reflexão e análise daqueles que profissionalmente fazem o DC.

Na dinâmica sócio-histórica, destacam-se diversas concepções de DC, diferenciadas quanto às suas estratégias metodológicas e quanto aos objetivos a serem atingidos. Ora, como o DC é, sobretudo, uma prática, é impossível acioná-la objetivamente sem que inicialmente se tenha uma visão desta problemática e um juízo ou concepção sobre o instrumental a ser utilizado nessa realidade.

A relação cada vez mais estreita que no Brasil se vem dando entre política social, movimentos sociais e desenvolvimento de comunidade como instrumento técnico-metodológico de ação comunitária é indicadora da sua importância na atual conjuntura nacional. Desconhecer as injunções dessa conjuntura significa reduzir o DC a simples artifício técnico de intervenção, justificador da própria reprodução social. A sequência dos estudos tem em vista desbravar caminhos e contribuir para a caminhada da prática profissional do DC. Essa prática, como se pode depreender, é importante sobretudo como estratégia técnico-metodológica de ação nas áreas de moradia, estimulando e contribuindo para que a população encontre meios de superação das contínuas injunções econômicas, políticas e culturais a que estão sujeitas. Estas injunções, movidas inclusive por formas ideológicas de submissão, restringem as condições de existência da população, fazendo com que a pauperização crescente seja processo autoconsentido e autojustificado. Apesar desses condicionamentos, o processo de cidadania da população deve crescer e o DC deve ser um dos meios de realização desse crescimento.